

## CPI buscará fórmulas para obrigar bancos a pagarem IR

Secretário da Receita Federal mostra que grandes empresas e instituições financeiras usam artifícios para escapar da tributação e provoca indignação dos senadores, dispostos a adotar medidas contra a chamada "elisão fiscal"

Everardo (E), ao lado de Antonio Carlos e Bello Parga, afirmou à CPI que elisão é muito maior que a sonegação fiscal



Cinquenta por cento das 530 maiores empresas brasileiras não pagam Imposto de Renda e 42% das 66 principais instituições financeiras também não. Elas usam brechas na lei para praticar a chamada "elisão fiscal", mais nociva à arrecadação que a sonegação fiscal. Após ouvir ontem essas informações do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, os integrantes da CPI do Sistema Financeiro passaram a encarar como um "desafio político" apresentar, ao final dos trabalhos, sugestões de medidas e fórmulas que impeçam que os bancos e grandes empresas deixem de pagar impostos, recorrendo, inclusive, à remessa de lucros para disfarçar seus verdadeiros resultados. "É um grande escândalo legalizado. O Congresso não pode permitir que isso continue", disse o senador Jader Barbalho, autor do requerimento de criação da CPI.

PÁGINA 5

### CPI DO JUDICIÁRIO

#### Viúva e advogado denunciam trama para tomar bens de herdeiro

A viúva de Washington Nominatto e o advogado Luiz Otávio Amaral, que a defendeu durante seis anos, afirmaram ontem à CPI do Judiciário que existem indícios de conluio entre administradores do espólio, advogados, contadores, um juiz e uma curadora de menores, para dilapidar os bens do herdeiro e menor Luiz Gustavo. O inventário durou mais de seis anos.

PÁGINA 3



Senadores Carlos Wilson, Paulo Souto e Ramez Tebet ouviram o advogado Luiz Otávio (D) e a viúva Miramar acusarem a Justiça de dilapidar bens de herdeiro de consórcio

**CAE**  
**Senado estuda regras novas para empréstimos**

PÁGINA 2

**CAS**  
**Luz pode ficar mais barata para pobres**

PÁGINA 2

**CE**  
**Proposta permite a reeleição de reitores**

PÁGINA 2

# CAE discute regras para empréstimos

Comissão de Assuntos Econômicos apreciará projeto que muda as normas para operações de crédito interno e externo contratadas pelos estados e municípios

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se na próxima quarta-feira para examinar projeto que altera a Resolução nº 78/98, que disciplina as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive em relação à concessão de garantias, seus limites e condições de autarização.

O relator é o senador Francelino Pereira (PFL-MG), que tem parecer favorável, nos termos de um substitutivo. Na última terça-feira, o senador

Roberto Requião (PMDB-PR) também apresentou voto em separado, mediante substitutivo.

Na mesma data, a CAE decidiu enviar o projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que ela analise sua juridicidade e constitucionalidade.

A comissão deverá examinar também ofício com manifestação do Banco Central acerca de operação baseada em contrato de abertura de crédito entre a União e o estado do Piauí, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual

na Atividade Bancária. Relator da matéria, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou parecer favorável, nos termos de um projeto de resolução. Os dois itens da pauta da CAE terão que ir a plenário depois de deliberados.

Relator da matéria, Francelino Pereira apresentou substitutivo para o projeto que altera a Resolução 78/98



## CE analisa proposta de reeleição para reitores

Reitores, vice-reitores, diretores e vices que exerciam os cargos em 21 de dezembro de 1995 poderão ser reconduzidos aos cargos segundo proposta do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que será examinada pela Comissão de Educação (CE) na próxima terça-feira, a partir das 11h30. O projeto revoga o artigo 2º da Lei nº 9.192/95, que veda a recondução dos dirigentes universitários que ocupavam os respectivos cargos até a data da publicação da lei.

Para Jucá, essa restrição não tem sentido e constitui uma "exceção discriminatória contra os dirigentes universitários, que ficam impedidos de continuar prestando bons serviços à

entidade que hoje comandam só pelo fato de estarem no exercício do cargo naquele dia". O projeto tem parecer favorável com emenda do relator, senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

A CE, que é presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), também examinará a proteção ao patrimônio nacional de fósseis, conforme prevê projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que está preocupado com o grande número de fósseis contrabandeados para coleções particulares no Brasil e no exterior. Também serão apreciadas as renovações de concessão de 13 estações de rádio localizadas em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná.

## CAS vota tarifa de luz para consumidores de baixa renda

Sob a presidência do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se na próxima quarta-feira, às 9h, para deliberar sobre uma pauta de seis itens. Entre eles, projeto dos senadores Geraldo Melo (PSDB-RN) e José Agripino (PFL-RN) que institui tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda. O relator é o senador Moreira Mendes (PFL-RO), favorável à aprovação da matéria, mas com emenda supressiva.

Também deverá ser examinado projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que altera a lei de benefícios da Previdência Social para estender o salário-maternidade à trabalhadora autônoma. Relatora da matéria, a senadora Luzia

Toledo (PSDB-ES) é favorável ao projeto, mas na forma de substitutivo por ela apresentado. Se aprovado esse substitutivo, a matéria será apreciada em turno suplementar, na reunião seguinte da CAS.

Aguarda ainda deliberação projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relatado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF), dispondo sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

Na mesma reunião, a CAS examina projeto da deputada Rita Camata que institui a gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral. O parecer da relatora Marluce Pinto (PMDB-RR) é favorável à aprovação, mas com emenda supressiva.

## Lobão defende difusão da arte brasileira

Quantos brasileiros já tiveram a oportunidade de se encantar com as obras de Pedro Américo, Vitor Meireles ou Antonio Parreiras? Com essa pergunta, o senador Edison Lobão (PFL-MA) externou sua preocupação com a falta de contato entre os grandes artistas plásticos da história do país e a população brasileira. Para ele, cabe ao Ministério da Cultura dar início ao resgate dos seus nomes e obras, e levá-los à apreciação pública.

— Por que o Ministério da Cultura brasileiro não impulsiona mostras, em vários recantos deste país-continente, da nossa arte plástica mais representativa? — questionou Lobão.

Apenas uma minoria privilegiada tem acesso às obras de arte brasileiras, observou ele, que também está preocupado com o grande número de falsificações. "Creio que devemos tomar uma posição. Decidi estudar o assunto e propor ao Congresso uma lei capaz de punir tais delitos", afirmou.

## TV reapresenta depoimentos às duas CPIs

A TV Senado reapresenta amanhã, a partir das 14h30, a reunião da CPI do Sistema Financeiro em que foi ouvido o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Ele fala sobre a sonegação de impostos no Brasil.

No domingo, a partir das 14h30, a TV Senado reapresenta a sessão da CPI do Judiciário que ouviu os depoimentos de Miramar da Silveira e do advogado Luiz Otávio Amaral sobre o caso do empresário Washington Nominatto, cujo patrimônio, de cerca de R\$ 30 milhões, desapareceu durante o processo de inventário.

Sábado e domingo, às 11h e às 23h, a TV Senado apresenta entrevista do jornalista Fernando Cesar Mesquita com o embaixador de Angola, Oswaldo de Jesus Serra Van-Dúnem, sobre a integração entre Brasil e África.

## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 1999

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa



A presidente da Guiana, Janet Jagan, relatou a ACM a experiência vivida no momento por seu país, que está reformando a Constituição

## ACM recebe presidente da Guiana

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a presidente da República Cooperativa da Guiana, Janet Jagan, que está no Brasil com o objetivo de estreitar as relações entre os dois países.

Parlamentar desde 1953, Janet Jagan manifestou especial interesse em estimular o intercâmbio de delegações dos Legislativos. Antonio Carlos apoiou a idéia.

Depois de comentários sobre a arquitetura de Brasília, a presidente referiu-se ao momento particularmente importante vivido por seu país, que

está reformando a Constituição. Janet Jagan disse compreender o regime bicameral do Congresso brasileiro, levando em conta a dimensão geográfica do país. "E as distintas realidades econômicas e sociais de suas regiões", acrescentou Antonio Carlos.

Após trocar presentes com o senador e assinar o livro de autoridades que visitam o Senado, a presidente da República Cooperativa da Guiana (ex-Guiana Inglesa), acompanhada de sua comitiva, dirigiu-se à Câmara dos Deputados, para visita ao presidente Michel Temer.

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Advogado vê conluio contra herdeiro

CPI do Judiciário começa investigação sobre caso de menor que perdeu todos os bens porque, segundo denúncias, herança do pai teria sido dilapidada durante o inventário judicial

A Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades no Poder Judiciário começou ontem a investigar o caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, cuja herança deixada pelo pai, o empresário Washington Nominatto, proprietário, entre outras empresas, do Consórcio Nacional Itapemirim, teria sido dilapidada durante o processo de inventário. Em depoimento à comissão, o advogado Luiz Otávio Amaral, que defendeu, entre 1992 e 1998, a mãe do menor, Miramar da Silveira Rocha, disse que há indícios suficientes de conluio entre os administradores do espólio, advogados e contadores, com a permissão do juiz Asdrúbal Cruxen e da curadora de menores, Zenaide Martins.

O advogado disse que o inventário, que segundo a lei tem 180 dias para ser concluído, demorou mais de seis anos para ser finalizado. Nesse período, denunciou o advogado, "um patrimônio riquíssimo foi dilapidado". Segundo Luiz Otávio Amaral, a mãe do menor, "que naturalmente zelaria pelo patrimônio de seu filho", não recebeu as orientações da Justiça:

— Para justificar a demora na conclusão do inventário foi alegado que havia riquíssimos bens para o menor, cuja mãe, conforme palavras do próprio juiz Cruxen, não tinha luzes para conduzir o inventário. Em nenhum momento, disseram a ela que ser inventariante era só administrar os bens com a devida assessoria. Ela não foi orientada pelo juiz nem pelo Ministério Público, e renunciou à inventariança sem nem mesmo saber o que isso significava — informou o advogado.

Com a recusa da mãe, o juiz Asdrúbal Cruxen nomeou como inventariante Wellington Pereira, um dos sócios de Washington Nominatto, que detinha 2% das ações do Consórcio Itapemirim. À época da morte de Washington, em 1987, o Itapemirim era o segundo maior consórcio do país. Luiz Otávio Amaral disse, ainda, que a dilapidação do patrimônio contou com a participação da primeira advogada de Miramar Silveira, Maria Leão, já falecida, que não informava à sua cliente sobre os procedimentos do inventário.



No plenário da CPI, senadores ouvem o depoimento emocionado de Miramar Silveira da Rocha, viúva do empresário Washington Nominatto

Durante o período em que o patrimônio esteve sob a administração da Justiça, afirmou o advogado, foram vendidas empresas e imóveis, "sempre sob a alegação de que era necessário saldar dívidas do Consórcio Itapemirim". Estas operações provocaram, conforme o depoimento, um passivo estimado em cerca de R\$ 7 milhões, no nome do menor.

— Apenas os ativos das empresas eram

vendidos, enquanto o espólio ficava com os passivos. Hoje, existe mais passivo do que ativo. E isso constitui uma bomba de efeito retardado, porque há uma série de dívidas constituídas durante a administração pela Justiça, que ainda serão cobradas. Só na Bahia, há 21 ações trabalhistas contra uma das empresas fundadas por Washington Nominatto, a Brasil Sul — revelou o advogado.

## Comissão convocará contador do consórcio

A CPI do Judiciário no Poder Judiciário aprovou requerimento do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) convocando o ex-contador do Consórcio Nacional Itapemirim, Antonio Carlos de Moraes, para prestar esclarecimentos sobre a situação patrimonial da empresa antes da morte do seu proprietário, Washington Nominatto, em novembro de 1987.

A CPI do Judiciário também aprovou requerimento apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) determinando a convocação de Joaquim Tomaz Lopes, ex-advogado de Miramar da Silveira Rocha. Ele cuidou do caso do menor Luiz Gustavo Nominatto antes da nomeação do advogado Luiz Otávio Amaral, que, junto com Miramar Rocha (mãe de Luiz Gustavo), prestou depoimento à comissão ontem.

Logo após a primeira reunião da CPI do Judiciário que tratou do caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, cuja herança deixada por seu pai, Washington Nominatto, teria sido dilapidada durante a realização do inventário, o presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), preferiu não emitir comentários sobre os depoimentos do dia:

— As investigações ainda estão no começo. Prefiro aguardar os próximos depoimentos para poder me posicionar sobre o assunto. Por enquanto, não vou emitir nenhum juízo de valor — afirmou Tebet.

## "Espólio não tinha dívidas"

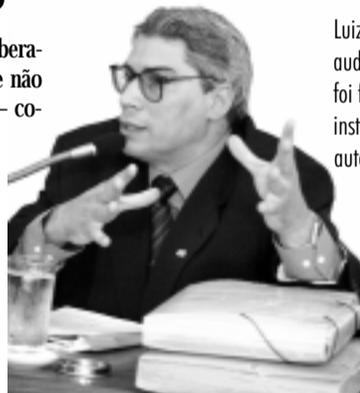
A existência de dívidas no Consórcio Itapemirim foi usada como argumento para a venda, durante a administração do espólio pela Justiça, de empresas que faziam parte da herança deixada por Washington Nominatto. No entanto, conforme depoimento do advogado Luiz Otávio Amaral à CPI do Judiciário, não havia qualquer dívida em nome de nenhuma das empresas de Washington, por ocasião da sua morte em novembro de 1987. O advogado apresentou informações do Banco Central e da Secretaria da Receita Federal atestando a boa situação financeira da empresa, além da própria contabilidade do grupo:

— Os administradores do consórcio pediram um aumento das cotas junto à Receita Federal, que à época era quem fisca-

lizava a atividade no Brasil. Não são liberadas novas cotas para empresas que não estejam saudáveis financeiramente — comentou o advogado.

Luiz Otávio Amaral revelou que não há qualquer habilitação de crédito junto ao inventário. Este é o procedimento necessário para o recebimento de dívidas de um espólio. O relatório do Banco Central, apresentado quando da liquidação do consórcio em 1992, e enviado à CPI pelo advogado, indica que houve fraudes na administração da empresa e responsabiliza todos os administradores.

De acordo com o advogado, os administradores nomeados pelo juiz Asdrúbal Cruxen realizaram uma audito-



Luiz Otávio: auditoria não foi feita por instituição autorizada

ria em 1991, que teria detectado passivos a serem pagos com o patrimônio do menor. Luiz Otávio atacou esta auditoria, argumentando que ela não foi feita por instituição autorizada.

## Mãe denuncia "acerto" para dilapidar patrimônio

A mãe do menor Luiz Gustavo Nominatto, Miramar da Silveira Rocha, fez um depoimento emocionado ontem à CPI do Judiciário. Ela alega que "houve um acerto entre o juiz Asdrúbal Cruxen, os inventariantes nomeados para administrar o patrimônio e sua primeira advogada, Maria das Graças Leão, com o objetivo de dilapidar a herança".

Miramar Silveira contou que não conhecia o montante do patrimônio deixado por Washington Nominatto, em 1987, nem "o que era ser inventariante". Ela acredita que este desconhecimento possibilitou a nomeação de Wellington Pereira como inventariante e a venda de praticamente todos os bens deixados para Luiz Gustavo:

— Na primeira audiência me foi

perguntado se eu tinha condições de ser inventariante. Eu não sabia o que era isso. O juiz disse que Wellington, que era sócio no consórcio, teria condições para isso. A partir daí fiquei excluída de tudo — relatou.

Miramar admitiu que assinou autorizações para a venda dos bens. Ela disse que foi levada a fazer isso pela advogada Maria Leão e, quando percebeu que não havia quase nada mais a vender, resolveu assumir um lugar na administração das empresas. "Nessa época já havia sido vendido tudo."

A mãe do garoto resolveu então nomear outro advogado, Joaquim Tomaz Lopes, que, segundo o depoimento, foi impedido de defendê-la. "Na primeira audiência, ele foi expulso da sala pelo juiz Cruxen, sob a alegação de que esta-

Miramar chorou muito no depoimento e afirmou: "Houve um acerto"



ria tumultuando o processo". Miramar conta ainda que o juiz ameaçou destituí-la de seu pátrio-poder, o que faria com que ela perdesse a guarda de Luiz Gustavo.

Luiz Gustavo Nominatto assistiu ao depoimento de sua mãe no plenário da CPI. Ele espera que a CPI ajude a resgatar parte do patrimônio perdido. Sua maior esperança, no entanto, é a punição dos culpados pela dilapidação do patrimônio.

## Jornalista e procurador vêm depor

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que está apurando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, confirmou para a próxima segunda-feira os depoimentos do jornalista José Eduardo Homem de Carvalho e do procurador da República no Rio de Janeiro, Daniel Sarmento. A reunião da CPI está prevista para começar às 15 horas.

José Eduardo Homem, do *Jornal do Brasil*, prestou depoimento ao Ministério Público denunciando a venda de votos e de vagas de juízes classistas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro. Ele teria gravado conversas entre juízes classistas em que a negociação dos votos, por R\$ 30 mil, fica evidente. O processo que investiga estas denúncias está parado desde 1996, quando as fitas foram enviadas para perícia na Universidade de Campinas (Unicamp).

Na reunião da última terça-feira, os integrantes da CPI aprovaram requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pedindo esclarecimentos à reitoria da Unicamp sobre as razões pelas quais até hoje o laudo técnico das fitas não ficou pronto. Outro requerimento aprovado, do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), solicita urgência na perícia e o envio dos resultados à Comissão.

O outro depoente da próxima segunda-feira, cuja vinda foi solicitada por José Eduardo Dutra, é o procurador da República Daniel Sarmento. Ele foi responsável por uma investigação efetuada no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro.

## Simon pede que CPI se reúna em outro horário

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades cometidas por membros do Poder Judiciário tivesse iniciado reunião ontem no mesmo horário em que havia sessão deliberativa do plenário.

O senador lembrou a aprovação de requerimento de autoria dele, propondo que as CPIs funcionassem em horários diferentes daqueles das comissões permanentes e do plenário. Lamentou que essa decisão não esteja sendo cumprida.

Simon informou que tinha de comparecer à reunião da CPI do Judiciário e ao mesmo tempo queria apresentar emenda a uma proposição que constava da Ordem do Dia da sessão de ontem. Na presidência da sessão, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) informou que a fixação do horário de trabalho das CPIs é uma atribuição das próprias comissões.

# Preocupado com Timor Leste, Senado adia votação de acordo

Plenário aprova sugestão da senadora Emilia Fernandes e aguarda fim do conflito entre a Indonésia e território que luta pela independência

Ao aprovar, ontem, um requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), o plenário adiou, mais uma vez, a votação do acordo comercial entre o Brasil e a Indonésia, devido à falta de solução para os conflitos entre aquele país e o Timor Leste, que ainda está sob domínio indonésio. O requerimento foi aprovado por unanimidade pelo plenário.

Emilia Fernandes foi a relatora da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e deu parecer favorável ao acordo comercial, solicitado pelo governo. No dia 8 de abril, a matéria foi à apreciação do plenário, mas a senadora pediu adiamento da vo-

tação por 30 dias, tendo em vista os conflitos em Timor Leste.

Como os problemas não foram resolvidos nesse período, Emilia Fernandes encaminhou à Mesa um requerimento sobrestando temporariamente a votação do acordo, "até que os conflitos envolvendo a Indonésia sejam resolvidos".

Segundo a senadora, nesse período houve o assassinato de um deputado em Timor Leste, além de uma série de confrontos, e o mais sensato é o Senado aguardar o resultado de um plebiscito para decidir sobre a independência de Timor Leste, que será realizado em agosto.



Emilia Fernandes foi relatora da matéria na Comissão de Relações Exteriores

## Fim do limite para os juros volta à discussão

O plenário realizou ontem o primeiro dia de discussão em segundo turno do substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) à proposta de emenda constitucional que altera o sistema financeiro nacional. O segundo dia de discussão deverá ocorrer na próxima terça-feira e o terceiro e último dia, na quarta, quando a matéria ficará pronta para votação final. A emenda, que acaba com o limite de 12% ao ano para os juros, é de iniciativa do senador licenciado José Serra (PSDB-SP) e propõe

nova redação para os artigos 163 e 192 da Constituição, além de alterar o artigo 52 das Disposições Constitucionais Transitórias.

De acordo com o substitutivo, lei complementar deverá dispor sobre a fiscalização financeira da administração pública direta e indireta, e não sobre a fiscalização das instituições financeiras, como prevê o inciso V do artigo 163 da Constituição. O substitutivo dá ainda nova redação ao artigo 192 da Constituição, que passa a vigorar com

a seguinte redação: "O sistema financeiro nacional, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram".

Pela proposta, ficam revogados todos os demais incisos desse artigo, que tratam de autorização para o funcionamento das instituições financeiras e especificações para o funcionamento do sistema financeiro nacional.

## Comissão de Orçamento depende de líderes

Em resposta a questão levada em plenário pela senadora Marina Silva (PT-AC), líder do Bloco Oposição, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que os líderes partidários têm oito dias para indicar os nomes que devem integrar a Comissão Mista de Orçamento. Caso as lideranças partidárias não se manifestem nesse prazo, o presidente do Congresso fará as indicações, por todos os partidos, como prevê o Regimento da Casa.

Marina Silva questionou por que a Comissão Mista de Orçamento, que exami-

nará a proposta orçamentária para o ano 2000, ainda não foi constituída. Tendo enviado em março os nomes do Bloco Oposição, ela reclamou por que a comissão que funcionou no ano passado apenas substituiu os parlamentares que não se reelegeram por outros nomes.

A senadora observou que o prazo para que a comissão fosse constituída já está esgotado há quase dois meses. E disse ao senador Antonio Carlos Magalhães que o presidente do Congresso tem plenos poderes, conforme o Regimento Interno da Casa, para in-

dicar os novos membros da comissão, caso as lideranças partidárias não se manifestem sobre o assunto.

Antonio Carlos esclareceu que não há uma falha completa nessa questão, visto que o Regimento autoriza essa comissão a funcionar com os integrantes da comissão que funcionou anteriormente. Mas sustentou que o ideal é que os líderes da Câmara e do Senado indiquem logo os membros da comissão, para que ela possa funcionar plenamente. E formulou um apelo para que os líderes resolvam de imediato a questão.

## Bezerra quer alterar cálculo de contribuição à Previdência

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto de lei defendendo alterações no cálculo de contribuição para a Previdência Social. Ele está propondo que seja excluído do salário de contribuição para a Previdência os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação.

Ao justificar seu projeto, Carlos Bezerra esclareceu que os fatores determinantes da criação dos salários maternidade e educação foram de ordem social, já que a maioria dos seus beneficiários está inserida no conjunto

das pessoas mais humildes do país, os que têm menor renda.

— Também é preciso reconhecer que o montante arrecadado para a Previdência Social em decorrência da incidência de ambas as cobranças não tem significação relativa que impossibilite que a elas renuncie — opinou Carlos Bezerra.

No que diz respeito à cobrança da Previdência sobre o salário-maternidade, Carlos Bezerra lembrou que existe um paradoxo conceitual e legal, já que o benefício destina-se a proteger a maternidade de trabalhadores humildes, como empregadas domésticas ou traba-



Carlos Bezerra pretende excluir da base de cálculo o salário-maternidade e o salário-educação

lhadoras avulsas. "O projeto tem o objetivo de melhorar a renda daquelas contribuintes em um momento crítico de suas vidas", esclareceu.

## Hartung propõe diretrizes para fiscalizar mercado financeiro

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) comunicou ao plenário, ontem, a apresentação de projeto de lei que dispõe sobre princípios e diretrizes para a fiscalização das instituições e dos mercados financeiros, de forma a assegurar sua solidez.

O projeto de Hartung prevê a transferência de algumas atribuições exercidas hoje pelo Banco Central para duas novas entidades: uma autarquia pública, fiscalizadora, e uma instituição privada que trataria da eventual liquidação das instituições financeiras.

### ORIGEM

O projeto de lei apresentado por Hartung tem origem em uma minuta elaborada em 1997 pelo senador licenciado José Serra, que seguia princípios e diretrizes de um anteprojeto feito por uma comissão instituída para estudar a fiscalização e a solidez das instituições financeiras.

— A experiência de outros países ensina que a atividade de fiscalização do sistema financeiro deve ser exercida por um ou mais órgãos com finalidades específicas, mas todos desvinculados do Banco Central — defendeu.

O projeto de Hartung estabelece, entre outras determinações, a criação da



Hartung: atividade de fiscalização deve ser independente do Banco Central

Agência Nacional de Fiscalização das Instituições Financeiras (Anfif), que estará habilitada não apenas a realizar as atividades clássicas relacionadas à fiscalização, mas também avaliar antecipadamente riscos de liquidez e insolvência de instituições financeiras.

Institui ainda um seguro obrigatório de crédito contra instituições financeiras, que objetiva dar proteção parcial ou total, no caso dos pequenos poupadores e depositantes, a todos que tenham direitos contra instituições submetidas à liquidação.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ser importante "aprendermos com os episódios que estão sendo avaliados na CPT".

## Tuma faz balanço de sua atuação na liderança

Ao fazer, ontem, um balanço de sua atuação no cargo de líder do governo no Senado, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse ter reforçado a sua convicção de que a Casa cultua um consenso no qual os interesses do país são mantidos acima de quaisquer outros. Tuma deu sua missão como cumprida, afirmando que, "graças à competência, boa vontade e espírito público de todos, alcançamos os melhores níveis de entendimento possível entre a base parlamentar do governo e a oposição".

Segundo Romeu Tuma, esse entendimento foi fundamental para a apreciação, em quatro meses, de 222 matérias. Ele citou, entre as matérias apreciadas, a proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da CPMF com nova alíquota.



Tuma agradeceu apoio dos senadores e saudou o novo líder do governo, Fernando Bezerra

O senador agradeceu às lideranças partidárias e aos senadores, especialmente o líder do seu partido, senador Hugo Napoleão (PFL-PI), e o apoio recebido do presidente da República. Ele saudou o novo líder do governo, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN).



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 1999

1

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1997. José Serra e outros. Revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (sistema financeiro nacional). Parecer nº 214/99-CCJ, Relator: Senador Jefferson Péres, oferecendo a redação para o segundo turno.

Resultado: A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 25, para o segundo dia de discussão, em segundo turno.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1999 (nº 658/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996. Parecer nº 118/99-CRE, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, favorável.

Resultado: Lido requerimento da senadora Emilia Fernandes, de sobrestamento da matéria. À CRE.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

# Receita diz que metade das 530 maiores empresas não paga IR

Everardo Maciel informa à CPI, também, que 42% dos 66 maiores bancos estão livres do imposto. Levantamentos mostram que sonegação no país chega a R\$ 825 bilhões

O que mais corrói a base de arrecadação do Imposto de Renda não é a sonegação (ocultação com fraude), mas a elisão (supressão, eliminação) fiscal, explicou ontem o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, aos senadores da CPI do Sistema Financeiro. Levantamento da Receita apontou que 50% das 530 maiores empresas não pagam Imposto de Renda simplesmente usando brechas legais, e não recorrendo à sonegação. E 42% das 66 maiores instituições financeiras não pagam esse imposto.

Everardo Maciel informou à CPI que uma investigação da Receita, com base nos pagamentos de CPMF, revelou que R\$ 825 bilhões não são alcançados por qualquer imposto (evasão, sonegação).

Everardo Maciel esclarece: dinheiro que sai do país volta sem pagar imposto



O secretário lamentou que os investidores estrangeiros possam aplicar no Brasil em fundos de renda fixa sem Im-

posto de Renda, enquanto os brasileiros pagam 20%.

Para ele, a situação provoca mais indignação por se saber que "uma parte substancial" das aplicações que vêm da América Central e do Caribe é dinheiro de brasileiros que saiu de alguma forma e retorna ao país sem qualquer taxa. Na opinião do secretário da Receita, tais aplicações devem somar "uns US\$ 17 bilhões, apesar de alguns especialistas acreditarem que o valor alcança US\$ 40 bilhões".

Everardo Maciel atacou a chamada "conta CC5" do Banco Central, pela qual os não-residentes no Bra-

sil podem enviar dinheiro para o exterior. "Acredito que seja quase tudo dinheiro de caixa 2. A CC5 é uma matriz de lavagem de dinheiro." O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) afirmou que já saíram do país, por essa conta, cerca de US\$ 60 bilhões.

O maior problema para a Receita neste momento, continuou o secretário, é a falta de acesso a informações bancárias. Por lei, o "Leão" recebe dos bancos a listagem de pagamentos de CPMF (movimentação financeira), mas está impedido de usar tais dados para investigar se os donos das contas pagaram impostos. "Com as atuais regras de sigilo bancário, a Receita não consegue fazer nada", assinalou.

## Jader considera evasão fiscal um "escândalo legalizado"

"É um escândalo. Um grande escândalo legalizado. O Congresso não pode permitir que tudo isso continue." Foi assim que o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento de criação da CPI do Sistema Financeiro, definiu as revelações sobre evasão de impostos passadas à comissão pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

— A CPI agora terá o apoio da Receita Federal e toma um novo rumo. É um desafio à CPI e ao Congresso. O depoimento do secretário cria um ambiente político para mudanças — afirmou.

Jader Barbalho lamentou que a maior parte das empresas usa a própria lei para não pagar impostos. "O secretário mostrou o absurdo a que chegamos, quando empresas que têm prejuízos num ano podem abater esses prejuízos nos anos seguintes. O secretário



Jader Barbalho (E), ao lado de Bello Parga e Antonio Carlos Magalhães, afirma que a maior parte das empresas usa a lei para não pagar impostos

disse que há cerca de R\$ 180 bilhões de prejuízos de empresas para deduzir de lucros tributáveis nos próximos anos", acrescentou.

— Todo mundo festejava quando uma estatal era privatizada com ágio. Agora a gente toma conhecimento de que, quanto maior o ágio, maior é o crédito fiscal que o comprador tem — conti-

nuou. Jader considerou "inacreditável" que levantamento da Receita Federal, com base nos pagamentos de CPMF, mostre que R\$ 825 bilhões ficam à margem de qualquer tributação.

Questionado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), Everardo Maciel afirmou acreditar que pelo menos US\$ 17 bilhões de aplicações estrangeiras no

mercado brasileiro são "dinheiro de brasileiro lavado no exterior". Everardo informou à CPI que esse dinheiro é aplicado no Brasil com isenção de imposto de renda, enquanto os brasileiros residentes são taxados em 20% nos fundos de renda variável.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) propôs que a CPI repasse à Receita Federal cópias de todos os documentos sigilosos obtidos até agora para as investigações fiscais. Já Emilia Fernandes (PDT-RS) questionou por que até agora o governo não adotou as propostas de Everardo Maciel. "Algumas sugestões são aceitas, outras não", respondeu Everardo Maciel.

Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou "o patriotismo" do secretário e questionou por que o sistema bancário "tem no Brasil tanta facilidade para não pagar impostos". "Eles têm equipes especializadas em encontrar formas de reduzir os pagamentos de impostos. No geral, eles não fazem nada fora da lei. Usam as várias empresas dos conglomerados, todas as brechas possíveis", disse o secretário.

## Sete formas de fugir dos impostos

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, listou as sete principais formas de elisão fiscal. Segundo ele, todas elas são encontradas graças a brechas legais. A seguir, os mecanismos encontrados pelas empresas para não pagar impostos:

**1 – Lei 8.200/91** – Herança do Plano Collor, permite que a correção monetária das despesas seja dedutível dos lucros das pessoas jurídicas. Esse mecanismo fez com que a arrecadação do Imposto de Renda das empresas em 1992 ficasse no nível de R\$ 3 bilhões. Hoje, esse valor chega a R\$ 12 bilhões.

**2 – Provisão para devedores duvidosos** – Essa forma de iludir a base tributária começou a ser mais usada a partir da estabilidade econômica.

**3 – Preços de transferências** – Por esse mecanismo, empréstimos no exterior eram tomados com juros acima do valor cobrado pelo mercado e importações eram superfaturadas.

**4 – Diferença das alíquotas da CSLL, Cofins e PIS** – A distinção do percentual cobrado de diferentes empresas fornecia argumentos para ações judiciais. Segundo Everardo, esse problema também já foi solucionado.

**5 – Isenção para investidores estrangeiros em fundos de renda fixa e variável** – Essa é a forma encontrada para evitar pagamento de impostos. A evasão nesse item é calculada em, no mínimo, R\$ 50 milhões mensais.

**6 – Remessa de juros para o exterior** – Quando o empréstimo é acordado entre um banco e uma empresa nacional, os juros são dedutíveis do lucro das empresas e cobrados como receita das instituições financeiras, evitando a bitributação. Quando essa operação é feita envolvendo uma instituição financeira internacional, a remessa de juros para o exterior acaba se transformando em transferência de recursos do erário brasileiro para o de outro país.

**7 – Liminares** – Esse é um dos maiores problemas enfrentados pelo fisco nacional. Cerca de um terço dos débitos tributários do país incluem-se nesse item (*veja matéria*).

## Liminares impedem cobrança de débitos

O grande número de liminares concedidas pela Justiça suspendendo a exigibilidade do pagamento de impostos é responsável por 34% dos débitos tributários de instituições financeiras com a Receita Federal. Esse é um dos principais defeitos no sistema de cobrança de tributos de instituições financeiras apontados à CPI pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

— Isso é uma coisa monstruosa. Recebo, em média, três liminares por dia. Nesse país, se concede liminar para tudo. Não é possível que haja liminares de dez anos — afirmou.

Para ele, uma modificação importante na legislação seria limitar o efeito das

liminares a 90 dias. "Dessa forma, seria possível fulminar a questão das liminares que se eternizam", sugeriu.

O secretário fez uma exposição à CPI citando os principais buracos na cobrança de impostos no Brasil, principalmente no que diz respeito à legislação tributária. Everardo Maciel também deu sugestões para melhorar a legislação, que, na sua avaliação, deve ser "mais fluida, mais efetiva e menor".

— Para coibir a evasão fiscal, o sistema deve ser racional, justo, simples e neutro, com idéias que se tornem viáveis e exequíveis — completou.

Entre as mudanças necessárias, Everardo pediu uma nova legislação regu-

lamentando o sigilo bancário. A proposta, já aprovada pelo Senado, está em tramitação na Câmara dos Deputados. Para o secretário, não há reparos a fazer na proposta encaminhada pelo Senado.

— O sigilo bancário no Brasil é mistificado. Acha-se razoável que os correntistas sejam inspecionados pelo Banco Central, mas não pela Receita Federal. Da maneira que está, o que se protege não é o sigilo, mas o uso que se faz da informação — criticou.

Finalmente, o secretário disse acreditar que uma reforma da legislação tributária depende, fundamentalmente, da vontade política dos poderes Executivo e Legislativo.

## Arrecadação de pessoas físicas dobrou em cinco anos

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, mostrou gráficos ilustrando a evolução da arrecadação de impostos de 1994 a 1998. No primeiro ano, o país recolhia R\$ 64 bilhões de pessoas físicas, número que aumentou para R\$ 117 bilhões em 1998. Para 1999, o secretário estima uma arrecadação de R\$ 130 bilhões. Essa mudança, disse, não significa que houve aumento de alíquotas, mas o combate à sonegação e à elisão fiscal.

O único dado que apresentou queda no período abordado foi o recolhimento

da CSLL de instituições financeiras, fenômeno explicado pelas liminares obtidas no período e pelo aumento da arrecadação de IR sobre essas empresas.

A CPMF permitiu, na avaliação do secretário, uma análise mais perfeita da sonegação de impostos. Everardo Maciel informou que R\$ 4,1 trilhões são movimentados em bancos. Descontados os impostos, os pagamentos e transferências entre instituições financeiras, sobram R\$ 825 bilhões que não são captados. Nesse montante, estariam incluídos a economia informal, a sonegação e a elisão fiscal.

# Marina critica uso de aviões da FAB para lazer

Senadora diz que não é contra o sonho de “férias interessantes”, mas acha absurdo que o contribuinte brasileiro tenha que arcar com as despesas praticadas por integrantes do primeiro escalão do governo

A senadora Marina Silva (PT-AC) condenou ontem “o uso de bens públicos por agentes públicos”, referindo-se à utilização de aviões da FAB por ministros de Estado e pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. “Quero tirar um ensinamento do episódio, e não fazer uma crítica puramente moralista”, afirmou a senadora.

Marina disse não ter nada “contra o sonho de ter férias interessantes”, mas observou que isso não pode ocorrer às custas do poder público e lamentou ter havido uma tentativa do governo de minimizar os acontecimentos:

– Em entrevista concedida ao programa *Roda Viva*, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que os ministros são de classe média e que tinham anseios de lazer de classe média, mas não dispunham de recursos para realizá-los – lembrou a senadora, acrescentando que essas autoridades deviam utilizar outros meios para concretizar suas aspirações.

A senadora questionou por que o contribuinte brasileiro teria que bancar esses anseios. “Bancamos a luxúria da casa-grande a expensas do sangue e suor da senzala”, disse, questionando o fato de que, se os ministros não tinham como pagar as viagens, como obtiveram recursos para ressarcir os cofres públicos?



Longo tempo no poder, acha Marina, pode levar à confusão entre o bem público e o privado

Marina Silva lembrou regulamentação da Casa Civil sobre o uso de aviões da FAB por membros do governo, permitindo seu uso apenas em serviço e deslocamento para local de residência permanente, e destacou os bons serviços que a Força Aérea presta no transporte de alimentos, medicamentos e doentes no interior do país.

A senadora disse acreditar que a reeleição e a consequente demora no poder podem levar seu ocupante a identificar bens públicos como seus.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a reeleição pode levar um governante a utilizar a máquina administrativa de forma abusiva.

## Violência de grupo camponês preocupa Moreira Mendes

As ações do Movimento Camponês Corumbiara (MCC) em Rondônia preocupam o senador Moreira Mendes (PFL-RO). O senador citou ontem documento reservado da Superintendência Regional de Rondônia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) dando conta de que fatos “da maior gravidade” acontecem nas áreas sob influência do MCC.

O senador afirma que as ações da superintendência do Incra em Rondônia avançam “adiante da programação estabelecida”. Segundo o senador, o Incra promoveu no estado o assentamento de mais de mil famílias de sem-terra desde 1995.

Moreira Mendes destaca que o MCC procura convencer os poderes constituídos e a opinião pública de que “seus atos de violência objetivam acelerar as medidas governamentais em curso sobre a reforma agrária e sua implantação”.

O senador classifica o MCC como “grupo com tendência guerrilheira, que comete agressões imotivadas, violência e ameaças, entre outros procedimentos de intimidação”. Diz que o Movimento Camponês Corumbiara, “dissidente, divergente ou concor-



Moreira Mendes citou reportagem sobre o MCC, “que prega a luta armada”

rente do MST, que tem sua origem no lamentável episódio de Corumbiara” (conflito violento ocorrido em 1995), vem estendendo sua atuação no estado, “com suspeitas de que possuía armamentos pesados”.

Moreira Mendes cita ainda reportagem publicada na revista *IstoÉ* da semana passada informando sobre a atuação da Liga Operária Camponesa, que “prega abertamente a luta armada”. “Espero que a nação e as autoridades reflitam sobre a gravidade das denúncias que aqui faço”, pede o senador pelo PFL de Rondônia.

## Cândido diz que governo não quer a reforma agrária

Falta vontade política ao governo para resolver a questão fundiária no país, afirmou ontem o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), ao informar que apenas um por cento da população brasileira detém a posse de 43% das terras no país. “A atualidade da questão agrária expressa não apenas a persistência de um passado agrário de exclusão e elitismo, até hoje presente na vida política brasileira, mas, também, de violência e brutalidade contra aqueles que querem apenas terra para produzir e condições dignas de sobrevivência”, afirmou.

Baseado em dados do Atlas Fundiário de 1992, o senador disse que o país conta com 850 milhões de hectares de área territorial, sendo que, desse total, 390 milhões de hectares são de terras produtivas e 120 milhões são terras improdutivas. “Esse fato provoca grandes injustiças, que, somadas a outros fatores, expulsam os trabalhadores do campo, aumentando as favelas nos centros urbanos, agravando o desemprego e impedindo maior produção agrícola”, ressaltou.

Existem, atualmente, segundo o senador, quatro milhões de famílias sem terra e, nos conflitos rurais, já foram assassinados, entre 1995 e 1997, 114 trabalhadores devido à luta pela posse de terra. “O governo de Fernando Henrique Cardoso chegou a admitir a gravidade da questão fundiária, sem, entretanto, encaminhar soluções, alegando falta de recursos. Mas esse argumento caiu por terra quando FHC destinou mais de 20 bilhões de reais para salvar banqueiros”, criticou.

Em aparte, Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiou o discurso de Geraldo Cândido, afirmando que o governo deveria tomar providências para acabar com a violência no campo, pois 70% das invasões de terra são feitas para a obtenção de indenizações.

Marina Silva (PT-AC) disse que não se deve colocar a culpa apenas nos trabalhadores pelos conflitos de terra. Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) observou que é “intolerável” a invasão de terras produtivas, atribuindo esse problema à estrutura social do país.

Antero Paes de Barros (PSDB-



Geraldo Cândido: “Persistência de um passado agrário de exclusão e elitismo, até hoje presente”

MT) afirmou que o novo programa de reforma agrária do governo estabelece que os assentados deverão aprovar as terras que serão desapropriadas. Ressaltou que é necessário condenar os dois extremos – trabalhadores e latifundiários – que provocam a violência no campo.

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), a reforma agrária deve ser feita em ritmo mais rápido, pois os trabalhadores rurais, numa “situação de angústia”, não vêem outra alternativa a não ser buscar o apoio do Movimento do Sem-Terra (MST), que tem contribuído “para que o movimento seja pacífico”.

## Cisão da Eletronorte pode causar prejuízos, diz Gilvam

A cisão da Eletronorte provocará uma desestruturação de todo o setor elétrico da região amazônica, com degradação dos parques térmicos dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, alertou ontem o senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Ele prevê que o “esfacelamento” da empresa trará problemas técnicos graves para a região, como blecautes e falhas de fornecimento de energia.

“Em vez de fatar a Eletronorte, vender a parte boa e manter a parte defici-



Gilvam: empresários ficam com parte lucrativa e governo com a deficitária

tária, o governo deveria se preocupar em consolidar e até expandir a empresa”, disse Gilvam Borges, ao considerar um erro da política governamental para a Amazônia a tentativa de cisão da Eletronorte.

Ele explicou que o Programa Nacional de Desestatização, “como é formalmente conhecido o voraz projeto de dilapidação do patrimônio público nacional”, quer dividir a Eletronorte em seis companhias dis-

tintas, “transformando-as em monopólios privados sem qualquer compromisso com o atendimento às regiões e populações menos favorecidas”.

### RISCO DE ESTAGNAÇÃO

Para o senador, a cisão pretendida tem o objetivo de separar a parte lucrativa da Eletronorte (a geração de energia pela hidrelétrica de Tucuruí) da área de transmissão e das centrais termelétricas do Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre e Amapá, todas deficitárias e não atrativas aos investidores privados.

“Os lucros de Tucuruí irão para os empresários privados e os prejuízos das outras áreas cindidas irão para o governo, já que não haverá interessados na aquisição das partes deficitárias do sistema”, garantiu o senador, alertando que, com a cisão, a região amazônica corre o risco de não se expandir industrialmente, além de ter o índice de desemprego aumentado.

## Mauro pede investimentos no setor elétrico nacional

O “apagão” ocorrido no final da tarde do último domingo, deixando sem energia elétrica, por mais de uma hora, a maior parte da região Centro-Oeste, pode ser evitado. Para tanto, é imprescindível que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), reguladora do setor, e o Operador Nacional do Sistema priorizem investimentos para o setor elétrico.

A afirmação foi feita pelo senador

Mauro Miranda (PMDB-GO), ao comentar que o incidente, somado com outro similar que há algumas semanas deixou sem energia elétrica, por várias horas, metade do país, traz inquietação aos brasileiros e causa má impressão aos agentes econômicos, além de ser nocivo à normalidade das rotinas dos cidadãos e das empresas.

– O diagnóstico correto, nesses apa-

gões, vai além de apontar quais equipamentos ou operadores falharam, e em que sequência. Nosso sistema de transmissão interligado está envelhecendo. Ele contém pontos fracos, vulneráveis. É preciso detectar esses pontos e reforçá-los, para que a sociedade volte a ter confiabilidade no sistema elétrico brasileiro.



Mauro: sistema de interligação está envelhecendo

## Dutra protesta contra matéria sobre Sergipe

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) protestou ontem contra reportagem sobre Sergipe publicada na revista *IstoÉ*. "Sem qualquer indicação de se tratar de propaganda, e não de matéria jornalística, a reportagem exagerou ao dizer que 'Sergipe driblou a crise', devendo o estado crescer 7% este ano."

Dutra disse ter lembrado do ex-ministro Antonio Kandir, que ao vir ao Congresso, em 1996, para pedir a aprovação da lei que leva o seu nome, previu que as exportações iriam se multiplicar e o Brasil crescer 9% a 10% em 1998.

Segundo o senador, a reportagem, "que não tem carimbo de matéria paga, diz que o desemprego está longe de Sergipe, o drama do endividamento dos estados brasileiros, que soma R\$ 145 bilhões, foi equacionado pelo governador Albano



Dutra garante que realidade é diferente do que diz matéria

Franco e a corrida das indústrias está consolidando pólos têxtil, turístico, de alimentos e siderúrgico".

— Contrastando com essa realidade rósea, lembro-me da comitiva de prefeitos que esteve, em Brasília, na semana passada. Eles traçaram um quadro de dura realidade, onde há sertanejos morrendo de sede em lugares situados a um quilômetro do rio São Francisco, e protestaram contra a diminuição do salário das frentes de trabalho — afirmou.

Dutra responsabilizou o modelo econômico neoliberal por tanta miséria. "E o governador Albano Franco nada faz para mudar essa realidade e ainda domina boa parte das bancadas federais do estado, impedindo que propostas de mudança de política econômica sejam aprovadas no Congresso."

## Terceirização no ensino é criticada

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) reivindicou, ontem, a imediata contratação dos 653 professores aprovados no último concurso público realizado para suprir deficiências da rede estadual de ensino em Sergipe. "Segundo dados da própria Secretaria de Educação, há necessidade de 900 professores, mas ela está preferindo terceirizar a atividade docente, ao invés de chamar os concursados", enfatizou.

Segundo Dutra, esse procedimento está causando grande revolta entre os professores e concursados, uma vez que o prazo de validade do concurso expira no próximo dia 5 de setembro. "O sindicato dos professores (Sintese) vem denunciando a ilegalidade do contrato firmado pela Secretaria com a Cooperativa dos Profissionais da Educa-

ção para suprir a rede de ensino dos professores que necessita", disse.

O senador por Sergipe cita o presidente do Sintese, José Iran Barbosa Filho, que considera o contrato a "terceirização do ensino público, ferindo as constituições federal e estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o próprio Estatuto do Magistério de Sergipe".

Para Dutra, o contrato tem uma agravante: 40% da hora-aula do professor cooperativado fica retido na cooperativa para sua "estrutura administrativa", o que representa uma arrecadação mensal de R\$ 157 mil. "Na história do movimento sindical, associativista e cooperativista não existe registro de desconto da ordem de 40% do salário de um trabalhador", protestou.

# Ademir quer preservar a ajuda japonesa ao Cerrado

Senador informa que Japão exige, para continuar programa, que seja equacionado o endividamento dos produtores

Informado de que o governo japonês paralisou negociações para a execução de nova etapa de um programa de desenvolvimento do cerrado brasileiro, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso por negligenciar, segundo o parlamentar, iniciativa tão importante. O senador disse ter enviado ofícios aos ministros da Fazenda, do Orçamento e da Agricultura, pedindo que se empenhem em demover o governo japonês dessa posição.

Segundo Ademir Andrade, na nova etapa do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer) seriam abrangidos os estados do Pará e Piauí. Além de paralisar essa nova etapa, o governo japonês teria cancelado o repasse de US\$ 800 milhões que seriam aplicados em infra-estrutura nos estados onde o programa já está funcionando.

Ele informou que o Japão está exigindo, para a continuidade do programa, que seja equacionado o endividamento dos produtores, decorrente dos altos juros cobrados pelo governo brasileiro. O governo japonês estaria emprestando o dinheiro ao Brasil com

juros de 2,75% ao ano, mais variação cambial, enquanto o Banco do Brasil estaria repassando esses recursos para os produtores cobrando 30% de juros. Seria esta a principal razão do endividamento.



Ademir diz que BB cobra juros elevados ao repassar dinheiro dos japoneses

Ademir observou que os cerrados são um ponto fundamental no equilíbrio dos demais ecossistemas nacionais, em razão de sua posição geográfica, do seu gigantesco potencial agrícola e de sua geomorfologia. Em sua opinião, "apesar de ser o segundo ecossistema brasileiro, o Cerrado nunca recebeu dos governos a verdadeira atenção e os incentivos que precisa para se transformar num enorme produtor de riquezas agrícolas".

O senador voltou a responsabilizar o presidente da República por aplicar no país "um modelo econômico suicida, excludente e elitista e pela promoção da integração sem limites de nossa economia aos poderosos mercados financeiros internacionais". Também se disse espantado ao ler declarações de Francisco Turra (ministro da Agricultura) no jornal *Gazeta Mercantil*, considerando o Prodecer "um ônus sem nenhum atrativo para o Brasil".



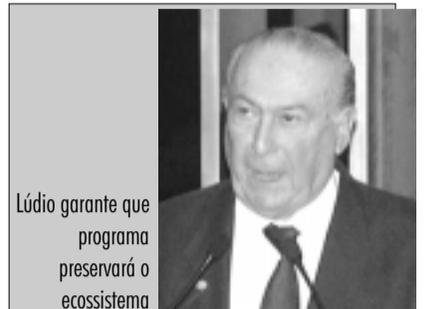
Agaciel Maia e Bernardo Cabral estiveram na exposição

## Senado comemora o Dia Nacional do Museu

Peças dos acervos dos museus do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal estão sendo mostradas até o dia 28 de maio no Salão Negro do Congresso Nacional, em exposição destinada a comemorar o Dia Nacional do Museu.

A mostra, que é coordenada pela Secretaria de Informação e Documen-

tação do Senado Federal, apresenta peças em bronze, móveis que datam do século passado, como duas cadeiras que foram encomendadas pelo Conde dos Arcos e confeccionadas por presidiários do Rio de Janeiro. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, estiveram na exposição.



Lúdio garante que programa preservará o ecossistema

## Lúdio acompanha programa de desenvolvimento do Pantanal

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) esteve reunido com o diretor-financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Mário Andrade Ferreira, e com o especialista ambiental Marc J. Dourojeanni para acompanhar o andamento da contratação de empréstimo para o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal — o Projeto Pantanal.

O programa visa promover o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai em harmonia com atividades agropecuárias desenvolvidas na região. A ideia é criar mecanismos de prevenção quanto ao aumento do turismo e intensificação da exploração mineral, industrial e comercial que chegarão com a melhoria da infraestrutura no Pantanal, proporcionada pelo gasoduto e pelas hidrovias.

O Projeto Pantanal, ainda em elaboração, depende da aprovação do Senado Federal para contratação de empréstimo junto ao BID. Caso seja aprovado, o programa, encabeçado pelo Ministério do Meio Ambiente, vai ser desenvolvido através do gerenciamento e conservação dos recursos naturais da região.

Com objetivos de curto e longo prazos, serão promovidas ações incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema, que deverão proporcionar melhores condições de vida à população pobre da região.

### RECURSOS

O programa envolve recursos da ordem de US\$ 400 milhões provenientes da União, dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, do BID e do Overseas Economic Cooperation Fund (OECF) e poderá chegar a beneficiar 20 mil pessoas com abastecimento de água, 40 mil com atividades sustentáveis e 200 mil com esgoto tratado, só no estado de Mato Grosso do Sul — isso num prazo inicial de três anos da primeira etapa.

Os ecossistemas do Pantanal ocupam uma superfície de 154.884 km<sup>2</sup> e o projeto contempla o gerenciamento de bacias, meio ambiente urbano, promoção de atividades economicamente sustentáveis e áreas de conservação.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Yoga  
7h30 — *Especial Unip* — Pulmão (2ª parte)  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Saúde Todo Dia* — Ginástica restauradora  
8h30 — *Jornal do Senado*  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — Sessão Plenária (vivo)  
Logo após — Comissão de Relações Exteriores (gravada em 18/05/99)  
15h — Comissão de Constituição e Justiça (gravada em 19/05/99)  
20h30 — *Entrevista* — O defensor público Reinaldo Silva fala sobre a implantação das defensorias públicas no Brasil  
21h10 — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Consulta Marcada* — O médico Wellington Borges fala sobre a asma e seus efeitos nas pessoas  
21h55 — *Senado em Pauta*  
20h30 — *Entrevista* — O defensor público Reinaldo Silva fala sobre a implantação das defensorias públicas no

### Brasil

22h — *Projeto E* — Trabalhar e aprender/aprender e trabalhar  
23h — *Espaço Cultural* — Show do flautista Altamiro Carrilho em homenagem aos "50 do Brasileirinho"

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — Agenda Senado  
Em seguida — Música e informação  
9h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — "A voz do Brasil"  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"  
Em seguida — Música e informação  
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida — Música e informação

# Plenário aprovou quatro matérias nesta semana

Destaca-se entre elas a votação, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que acaba com os juizes classistas da Justiça do Trabalho. Também foram acatadas três mensagens de indicação de autoridades

A proposta de emenda constitucional extinguindo a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho, aprovada em segundo turno pelo Senado quarta-feira e enviada ao exame da Câmara, foi uma das quatro matérias apreciadas pelo plenário da Casa nesta semana, que registrou também intensa atividade das comissões técnicas e das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro.

O plenário também aprovou os nomes de Ricardo Oliva e Luiz Felipe Moreira Lima, para exercerem os cargos de diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e de João Augusto de Médicis, para ser o embaixador do Brasil junto ao Chile.

Ainda nesta semana, foi aprovado em plenário voto de pesar pela morte do bispo de Jataí (GO), dom Miguel Pedro Mundo, que sofreu infarte logo após assalto à

## Matérias apreciadas pelo Senado de 17 a 20 de maio de 1999

Emenda constitucional aprovada e enviada à Câmara dos Deputados	1
Mensagens de indicação de autoridades	2
Mensagem de indicação de chefe de missão diplomática	1
<b>Total de matérias aprovadas</b>	<b>4</b>

residência episcopal.

A semana foi movimentada no âmbito das comissões técnicas. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu pareceres favoráveis aos projetos do Executivo criando o Sistema Brasileiro de Inteligência e a Agência Brasileira de In-

teligência (Abin), e definindo critérios para a demissão de servidores públicos por excesso de despesa. Decidiu, ainda, debater em audiência pública proposta de emenda constitucional que reduz para 16 anos a idade de imputabilidade penal.

A Comissão de Assuntos Econômicos

(CAE) resolveu pedir o exame da CCJ ao projeto de refinanciamento dos títulos públicos, e deu parecer favorável à criação do Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier) e à isenção de IPI na compra de veículos adaptados para deficientes físicos. Na Comissão de Educação (CE) foram votadas novas normas de fiscalização dos estágios nas empresas, e mais a renovação de concessões de 14 emissoras de rádio.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a indicação de Luiz Sérgio Gama Figueira para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita, e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Omã e à República do Iêmen.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou audiência pública, com represen-

tantes de diversas entidades, sobre problemas causados pelo fumo e bebidas alcoólicas, bem como a influência da propaganda desses produtos sobre os hábitos da população.

Ainda nesta semana, a CPI do Judiciário ouviu oito pessoas. Já a CPI do Sistema Financeiro reuniu-se com o ministro da Justiça, Renan Calheiros, e ouviu, como convidado, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. A CPI decidiu acionar a Interpol para rastrear contas bancárias no exterior do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes e dos controladores dos bancos Marka e FonteCindam, e também quebrar o sigilo bancário, telefônico e fiscal da Teletrust Recebíveis, da qual um dos sócios é Roberto Moisés, ex-cunhado de Salvatore Cacciola.

## Patrocínio registra o décimo aniversário de Palmas

Os dez anos de fundação de Palmas, capital do Tocantins, foram registrados, da tribuna, pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que destacou a qualidade de vida que a cidade oferece aos seus mais de 135 mil habitantes.

Para o senador, Palmas é uma cidade moderna, bem planejada e que está sendo administrada com competência, "servindo de exemplo para todo o país".

Patrocínio disse esperar que o prefeito de Palmas e o governador do Tocantins

continuem a preservar a cidade, não permitindo que a capital do estado transforme-se, no futuro, em mais uma megalópole ingovernável.

— A qualidade de vida da população de Palmas deve ser preservada — afirmou o senador, para quem é necessário um planejamento populacional a fim de que a cidade e seus moradores não venham a ser sacrificados no futuro.

"Quem mora em Palmas ou a visita fica apaixonado pela cidade", acrescentou ele.



Segundo o senador Carlos Patrocínio, Palmas "serve de exemplo para todo o país"

## Estevão defende juros mais baixos para crédito educativo

A iniciativa do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, de reabrir o crédito educativo para 200 mil estudantes foi elogiada ontem pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Ele criticou, no entanto, os juros de 12% que serão cobrados aos beneficiários, por entender que essa taxa praticamente inviabiliza o pagamento do empréstimo.

— Os estudantes, que em média levam 60 meses para se formar, acabarão tendo que devolver o triplo do que receberam aos cofres públicos — afirmou.

Para Estevão, é preciso estabelecer índices mais razoáveis para os juros. Ele lembrou que é autor de projeto que reduz esse percentual para 3%, além de ampliar o prazo para o seu pagamento. Também defendeu outro projeto que apresentou, permitindo que o estudante pague o emprés-



Luiz Estevão elogiou a reabertura do crédito para estudantes

timo do crédito educativo com o seu futuro Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

— Crédito educativo não é financiamento, mas investimento social — justificou.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) ressaltou que o crédito educativo está retornando em um momento oportuno, no qual o agravamento do quadro social tem levado 20% a 30% dos

estudantes a abandonarem seus cursos.

Maguito Vilela (PMDB-GO) destacou que "é justamente tornando a educação acessível" que será possível refrear o crescimento da violência. Carlos Patrocínio (PFL-TO) lembrou que tramita no Senado projeto de sua autoria que permite ao estudante que se utilizar do benefício pagar sua dívida, depois de formado, por meio da prestação de serviços.

## Viana protesta contra aumento abusivo dos preços de remédios

Preocupado com os "preços absurdos" que os consumidores brasileiros estão pagando pelos medicamentos, o senador Tião Viana (PT-AC) protestou contra os aumentos ocorridos desde o início do Plano Real — julho de 1994. Até agosto de 1998, de acordo com pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública, eles chegaram a 300%. Com base em dados publicados pela



Conforme Tião Viana, reajuste chegou a 300% entre julho de 94 e agosto de 98

revista *IstoÉ*, o senador explicou que em 1998 a indústria farmacêutica vendeu aos consumidores brasileiros cerca de US\$ 7,5 bilhões, sem contar as vendas feitas à rede hospitalar e ao governo.

Segundo Tião Viana, se for analisa-

do o percentual de aumento em dólar de determinados produtos farmacêuticos, ao longo do período de estabilização cambial, entre 1994 e 1999, podem-se constatar "aumentos abusivos e absolutamente injustificados, sobretudo nos medicamentos de uso contínuo, prescritos para o controle de doenças como a hipertensão, a diabete, o reumatismo, a epilepsia e tantas outras".

O senador disse ainda que algumas pesquisas demonstram que os medicamentos antiácidos, antialérgicos, antibióticos e antiinflamatórios de grande consumo também tiveram os preços aumentados acima dos índices de inflação.

Para o senador, a mudança cambial está servindo de pretexto para a indústria farmacêutica aumentar ainda mais os seus preços. "As indústrias do setor apresentam como justificativa para os reajustes praticados nos meses de fevereiro, março e abril o encarecimento dos insumos importados, argumentando que cerca de 65% dos custos dos medicamentos estão atrelados ao dólar", observou.

Tião Viana questionou o argumento da indústria farmacêutica e disse que dados de outras fontes apontam que o peso dos insumos corresponde a apenas cerca de 20% do preço final dos medicamentos. O restante dos custos, revelou o senador, deve-se principalmente a gastos com embalagem e divulgação dos produtos. Segundo Tião Viana, é negável o fato de o setor farmacêutico ser um dos mais rendosos e lucrativos da economia.

## Parlamentar saúda devolução de desconto indevido aos servidores

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) destacou a portaria assinada pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, reconhecendo o direito de mais de 630 mil funcionários públicos federais de receberem de volta o desconto indevido do aumento da alíquota de contribuição à Previdência Social de 6% para 11%, de julho a outubro de 1994. O aumento da alíquota foi cobrado logo no primeiro mês após sua aprovação, quando a lei estabelece que isso só poderia ter sido feito 90 dias depois.

Os funcionários deverão receber o equivalente a 20% do salário, o que, cor-

rigido com base na Ufir e taxa Selic do Banco Central, deverá chegar a aproximadamente 60%, calcula Estevão. Ele fez um apelo ao Ministério da Fazenda para que ultime os preparativos possibilitando o pagamento no menor prazo possível. "Precisamos nos lembrar que sem receberem aumento ou reposição há quatro anos, essa reposição deverá ser um reforço importante no orçamento desses funcionários", avaliou o senador. Para ele, a portaria tem o mérito de dispensar os milhares de interessados da obrigação de encaminharem requerimento individual solicitando a devolução.